

Relatório de Actividade do Conselho Geral – 2017

Excelentíssimos (as) Associados (as)

O Conselho Geral, no exercício das competências que lhe são conferidas, vem submeter à Assembleia Geral, para apreciação, o relatório de atividade desenvolvida em 2017.

Manifesta o Conselho Geral o seu apreço pelas pessoas e serviços do Montepio Geral – Associação Mutualista que valiosamente contribuíram para o cumprimento da sua missão.

Concluído o exercício relativo ao ano de 2017, o Conselho Geral não pode deixar de realçar a sua convicção de que, apostando na entreaajuda, no rigor, na qualidade e na inovação, como sempre tem feito ao longo da história, venceremos os desafios, e cientes que temos um projecto a cumprir, não nos faltará a determinação, a orientação e a capacidade para superarmos com rigor e sentido de mudança os desafios dos novos tempos.

• Actividades desenvolvidas em 2017

Ao longo do ano de 2017, o Conselho Geral reuniu dez vezes, para apreciar, analisar e/ou deliberar sobre todas as matérias que o Conselho de Administração lhe submeteu e a que este órgão procedeu em conformidade com as competências que lhe estão atribuídas estatutariamente.

Nesse sentido, apresentam-se os temas abordados em cada uma das sessões e as respectivas deliberações e pareceres.

• Sessão de 14 de março

A Ordem de Trabalhos foi a seguinte:

1. Apreciação do Relatório do Conselho de Administração e Contas relativas ao exercício de 2016 do MGAM, bem como do Parecer do Conselho Fiscal;
2. Apreciação do Relatório do Conselho de Administração e Contas Consolidadas, relativas ao exercício de 2015 do MGAM, bem como o Parecer do Conselho Fiscal;
3. Deliberação sobre o Projecto de Relatório do Conselho Geral, relativamente ao exercício de 2016;
4. Aprovação do Calendário Anual das sessões do Conselho Geral;
5. Outros Assuntos.

Foram discutidos e apreciados o Relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais do MGAM relativas ao exercício de 2016, bem como o Parecer do Conselho Fiscal.

Na apresentação ao Conselho Geral foi referida a actividade desenvolvida durante o exercício de 2016, traduzida no significativo aumento do resultado líquido do exercício,

comparando com período homólogo de 2015. Evidenciou-se a melhoria do indicador de liquidez (Capital Próprio/Activo Líquido Médio), bem como o comportamento positivo do indicador de Cobertura de Responsabilidades pelos fundos, reservas e provisões matemáticas.

Foi reconhecida a estabilização da base associativa em 632 477 associados efectivos, para a qual contribuiu a retoma do crescimento do número de associados na segunda metade do ano, bem como a criação de uma rede própria de gestores mutualistas que aportou nova dinâmica à actividade mutualista em 2016.

O Conselho Geral apreciou favoravelmente o Relatório, as Contas Consolidadas e o parecer do Conselho Fiscal que lhe foram apresentados e considerou poderem ser apresentados à Assembleia Geral.

No Ponto 2 da Ordem de Trabalhos o Conselho Geral deu o seu parecer favorável aos documentos que lhe foram apresentados.

O Conselho Geral aprovou, ainda, por unanimidade, o Projecto de Relatório da Actividade do Conselho Geral, relativo ao exercício de 2016.

Foi ainda aprovado o calendário das sessões ordinárias do Conselho Geral.

- **Sessão de 21 de abril**

Esta sessão extraordinária teve como ponto único da Ordem de Trabalhos – Acompanhamento, Análise e Apreciação da Actividade do 1.º Trimestre e outros desenvolvimentos.

Foram apreciados e discutidos os seguintes pontos:

1. Existência, duração e extensão da campanha mediática negativa sobre a associação mutualista e a caixa económica que já decorria havia cerca de três anos, e tinha causado destruição de valor e criado dificuldades pela inquietação gerada junto dos associados e clientes, motivo de movimentações massivas de recursos, quer junto da Associação Mutualista quer da Caixa Económica.
2. O trabalho de recuperação e consolidação em perspectiva, tanto na componente dos gestores mutualistas do MGAM como na área comercial da Caixa Económica, considerado essencial para se ultrapassar o momento de crise actual de confiança dos associados e clientes.
3. Em matéria de projectos legislativos foram apreciados os contactos havidos com responsáveis, tanto do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social como do Ministério das Finanças e do Banco de Portugal, respeitantes à aprovação do novo Código Mutualista, bem como a criação do Fundo de Garantia Mutualista, e ainda a atribuição da supervisão da actividade e produtos das associações mutualistas à Autoridade dos Seguros e Fundos de Pensões.
4. A realização de dois inquéritos sobre a Associação Mutualista efectuados pela empresa de sondagens Aximage, onde foram questionadas 600 pessoas, entre associados e não associados do MGAM, bem como clientes e não clientes da Caixa Económica, designadamente sobre o tema da notoriedade da marca e

dos produtos mutualistas, o nível de confiança no Grupo Montepio e as razões da crise reputacional vivenciada.

5. Discutida a matéria e as linhas de actuação futuras pelo Conselho Geral foi apresentada uma Proposta de Actuação Imediata (PAI).
6. Foi finalmente discutida e aprovada a proposta intitulada «PAI – Programa de Acção Imediata», sob temas de risco, comunicação e auditoria.

- **Sessão de 20 de junho**

Teve a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação da Evolução das empresas do Grupo Montepio;
2. Outros Assuntos.

Relativamente à actividade da Caixa Económica foram objecto de consideração a necessidade de reforço dos capitais próprios decorrente de determinação do Banco de Portugal no âmbito do processo anual de supervisão (SREP – Supervisory Review and Evaluation Process), a conclusão do seu processo de transformação em sociedade anónima, a desconsolidação das participações detidas pela CEMG em África, a redução da exposição a créditos não produtivos – NPL – Non Performing Loans e a redução da exposição ao risco imobiliário.

Foi reconhecida a intervenção positiva da associação mutualista na solução do problema da insuficiência de capitais próprios. Entendeu-se que seria necessário reduzir o crédito em risco, não só melhorando o processo de recuperação como procedendo à venda de carteiras de crédito mal parado.

Foram discutidas as vantagens que no futuro poderiam resultar para a CEMG, pela utilização do mecanismo de crédito e impostos, cuja aplicação se tem procurado acautelar.

O Conselho tomou conta das reduções de custos fixos, resultantes da redução do número de balcões, bem como as melhorias que poderiam verificar-se em termos de fundos próprios quando satisfeitas as exigências do SREP.

Foi positivamente valorado o facto de a CEMG ter alcançado resultados positivos em meados de 2017, o que conjugado com a redução dos activos ponderados para efeitos de consumo de capital colocava a CEMG próxima de um rácio de solvabilidade de 11%, caso se verificasse a transformação da CEMG em sociedade anónima, a venda de créditos e a aceitação do plano de redução do imobiliário.

Entendeu o Conselho que contribuiriam favoravelmente para a melhoria dos fundos próprios da CEMG a reconsideração das participações em África e a notícia do lançamento do Grupo Financeiro da Economia Social, implicando a entrada de novos parceiros.

Foi o Conselho informado sobre o processo de transformação da CEMG em sociedade anónima que havia a necessidade, imposta pela CMVM, de submeter a mercado organizado a negociação de todas as acções da Caixa Económica, S.A., as que

pertenciam ao MGAM e as que resultavam da conversão dos títulos de participação em acções.

O Conselho Geral do MGAM, tendo em atenção os temas apreciados, deliberou a atribuição de um voto de confiança ao Senhor Presidente do Conselho de Administração do MGAM para desenvolver contactos e negociações junto do Banco de Portugal, sobre a eventual necessidade de aumentar ou não o capital institucional da CEMG.

- **Sessão de 27 de junho**

Esta sessão constitui a continuação da anterior, continuando a apreciação da mesma Ordem de Trabalhos.

Foi apreciada a situação das seguintes empresas:

1. Companhia de Seguros Lusitânia

Foi tomado em consideração o conjunto de situações adversas (acentuada concorrência, novas regras de indemnizações, contratação de resseguros) em que a sociedade foi desenvolvendo a sua actividade.

Constatou-se que mantendo os resultados negativos, se registava uma melhoria em relação à situação homóloga do ano anterior, acompanhado de um processo de saneamento da carteira.

2. Caixa Económica Montepio Geral

O principal tema a ser considerado em relação à CEMG relacionava-se com os seus fundos próprios. Tendo em atenção, por um lado a necessidade de reforço de capitais próprios determinada pelo supervisor, por outro lado, as diversas medidas que o mesmo supervisor havia imposto que fossem adoptadas e que contribuiriam para uma redução das necessidades de aumento dos mesmos fundos próprios e consistiam:

- a) Na conclusão do processo de transformação da CEMG em sociedade anónima;
- b) Na redução da exposição da CEMG ao risco do Imobiliário;
- c) Na melhoria da situação dos créditos em mora;
- d) Na desconsolidação das participações em África.

Em relação à primeira questão foram ponderadas várias soluções, considerando em primeira linha a intervenção em exclusivo do Montepio Geral e os diversos meios ao seu alcance para o fazer e, como meio auxiliar, a probabilidade de participação de terceiros no capital da CEMG.

De seguida foram vistos os outros meios alternativos de melhoria do rácio de capital e as possibilidades de recurso a cada um deles.

Em conclusão do debate, foi apresentada e aprovada a seguinte proposta: «Ao abrigo do disposto no Art.º 30, nº. 1, alínea c) dos Estatutos do MGAM se delibere favoravelmente e, desde já, sobre a aplicação de entregas de dinheiro, no montante de € 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões de euros) para aumento do capital institucional da CEMG.

No que respeita à transformação da CEMG em sociedade anónima, foi o Conselho Geral do entendimento que o processo deveria ser superiormente conduzido pelo

MGAM, entidade tutelar, sem prejuízo das intervenções atribuídas por lei ao Conselho de Administração da CEMG.

- **Sessão de 18 de julho**

Nesta 2.^a Sessão de continuação do Conselho Geral do MGAM foi dada continuidade à apreciação dos assuntos explicitados na anterior reunião – Apreciação e Evolução de empresas do Grupo Montepio.

Os trabalhos do Conselho Geral incidiram sobre a apreciação da situação da CEMG, que deveria reforçar a sua comunicação ao Conselho Geral.

Dentro do tema da CEMG, foi abordada a questão dos poderes do Conselho de Administração do MGAM para lançar uma OPA sobre as Unidades de Participação, sendo apreciadas as razões que lhe serviam de fundamento, concluindo-se que o Conselho de Administração tinha poderes para deliberar, sem necessitar de autorização do Conselho Geral.

O Conselho de Administração do MGAM considerou lamentável a situação à data, de divulgação de informação nos órgãos de comunicação social, que acarreta graves reflexos para os que todos os dias se esforçavam para ultrapassar as dificuldades sentidas, dado o contexto de crise em que o sistema financeiro tem estado envolvido, com perdas significativas do seu capital para entidades estrangeiras.

Em sequência dos temas da transformação e aumento de capital da CEMG apreciados na sessão anterior, foi discutida a questão da composição do capital da sociedade resultante da transformação e a conversão, ou não, dos tipos representativos do Fundo de Participação em acções ordinárias.

Foi considerado que a aquisição dos títulos de participação ou das acções em que eles se convertessem, permitiria reordenar o capital da Caixa Económica, chamando à sua titularidade entidades do sector da economia social, havendo instituições que já tinham manifestado interesse em fazê-lo.

- **Sessão de 19 de Setembro**

O Conselho Geral do Montepio Geral – Associação Mutualista reuniu em sessão ordinária nesta data, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Informação sobre a OPA e desenvolvimentos subsequentes;
2. Transformação da CEMG em sociedade anónima;
3. Outros Assuntos.

No âmbito do ponto 1 da Ordem de Trabalhos e sobre os resultados da OPA, o Conselho de Administração do MGAM informou que o número de ordens de venda das Unidades de Participação registado era de 98,3%, todas adquiridas pela Associação Mutualista. Informou, ainda, que após o fecho da OPA e deixando de haver cotação se realizasse uma Assembleia Geral Extraordinária da CEMG tendo em vista deliberar sobre a retirada da qualidade de sociedade aberta à CEMG.

No âmbito do Ponto 2 da Ordem de Trabalhos, foi comunicado ao Conselho Geral que a transformação permitiria a abertura do capital a parceiros da economia social, possibilitando a constituição de um banco da economia social. O Conselho Geral foi também informado que, como primeiro passo para a constituição do banco social, havia sido assinado um Memorando de Entendimento com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Foi debatida no Conselho Geral a necessidade de modificação dos estatutos da CEMG, com a adopção de modelos de governação mais moldados à legislação em vigor na área financeira.

Foi ainda entendido que este processo de revisão estatutária se completaria com um processo de revisão dos próprios Estatutos do Montepio Geral, logo que a promulgação do Código Mutualista o permitisse.

Passando ao Ponto 3 da Ordem de Trabalhos foi mencionada uma eventual parceria a desenvolver com um Grupo Chinês na área dos Seguros e na área da Banca, pela alienação do Montepio Investimento, S.A. e de parte do capital do Finibanco Angola.

O mencionado Grupo Chinês, após negociações havidas entre as partes no sentido de encetar uma parceria com a seguradora Lusitânia, tinha manifestado a intenção de instalar um centro financeiro na Europa.

- **Sessão de 10 de outubro**

O Conselho Geral do Montepio Geral – Associação Mutualista reuniu em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação das Contas do primeiro semestre de 2017;
2. Outros Assuntos.

Relativamente ao Ponto 1 da Ordem de Trabalhos, foi apreciada a situação das seguintes empresas por ordem cronológica de apresentação:

1. Lusitânia – Companhia de Seguros, S.A. - Foi considerada a especial importância dos resultados da Companhia, no conjunto dos resultados do Montepio e tomou-se conta do esforço feito para minorar os resultados negativos.
2. N Seguros, S.A. - Apreciou-se a informação relativa à Companhia onde se tem realizado um esforço para melhoria dos resultados.
3. Lusitânia Vida, S.A. – O Conselho Geral viu com agrado que a Companhia tem mantido rácios equilibrados e tem tido resultados positivos apesar das dificuldades vividas no sector segurador.
4. MGAM – Relativamente ao MGAM, o Conselho Geral tomou conhecimento das contas e dos resultados apurados no semestre.
5. CEMG – Em relação à CEMG optou-se por não proceder à apreciação da situação semestral, o que seria objecto de outra sessão e passou-se à análise do que deveria ser o seu novo ordenamento estatutário para esta empresa, com adopção do modelo de governo monista, com um Conselho de Administração de cujo elenco fazia parte uma Comissão de Auditoria. Foi o

Conselho Geral informado que da parte do Banco de Portugal haveria um acordo genérico para a modificação estatutária pretendida.

6. Futuro, S.A. – Verificou-se ter apresentado uma evolução positiva em termos de activos sob gestão.
7. Montepio Gestão de Activos, S.A - revelou estabilidade no domínio dos activos sob gestão, pela utilização do canal bancário ao nível do acompanhamento da oferta. Os Fundos de Investimento disponibilizados foram correctamente dimensionados, pois poderia haver dispersão em termos de aplicação desses fundos.
8. Bolsimo, S.A - tem na sua matriz a actividade do sector imobiliário. Revelou, no entanto um balanço inferior, quando comparado com o mesmo período de 2016, reduzindo igualmente os resultados do exercício.
9. Residências Montepio, S.A. - apresentaram um volume de negócios com evolução favorável no que respeita ao crescimento efectivo no final do 1.º semestre de 2017, acrescido do contributo da nova Residência - Parede II e do aumento da prestação de serviços e cuidados continuados. Foi mais uma vez, reconhecido que o arrendamento dos imóveis a esta sociedade proporcionam um bom rendimento dos capitais nele investidos pelo MGAM.

Foi ainda considerada a anunciada promulgação do Código das Associações Mutualistas, que irá trazer modificações significativas ao modelo de Governo da Associação Mutualista. Foram ainda apreciadas matérias respeitantes quanto à disciplina da actividade e à supervisão.

No plano da actividade foram apreciadas as medidas tomadas para melhorar a captação de associados e de recursos e em especial, a constituição da rede de gestores mutualistas.

Foi finalmente deliberado que se procedesse oportunamente à convocação dos Senhores Conselheiros para discussão da parte correspondente à apreciação das Contas da CEMG relativas ao primeiro semestre de 2017, suspendendo-se *sine die* a sessão.

- **Sessão de 07 de novembro**

O Conselho Geral do MGAM reuniu em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Deliberar sobre o Plano Estratégico 2018-2020 / Linhas de Orientação Estratégica;
2. Informações.

O Conselho Geral foi informado do quadro geral da economia em que se previa iria decorrer a actividade do MGAM e das suas participadas durante o triénio 2018-2020. Foram também tidas em conta as modificações legislativas e estatutárias que se esperava viessem a ocorrer.

No que respeita à actividade do MGAM foram apreciadas as evoluções verificadas nas modalidades de benefícios, quer actuariais quer de capitalização bem como as vantagens proporcionadas aos associados através do Plano Montepio Saúde, do

Cartão Montepio Saúde e dos protocolos de parceria, projectando-se uma reorganização destes últimos. Discutiram-se ainda as medidas necessárias para reestruturação do Grupo Montepio.

Foram expostos ao Conselho Geral os Objectivos Estratégicos para 2018-2020, devidamente enquadrados na missão de serviço aos associados, na defesa dos valores que constituem a imagem de marca do Grupo e na defesa da posição do MGAM como principal entidade da economia social.

As Linhas de Orientação Estratégica, que foram, após debate, aprovadas pelo Conselho Geral, desenvolveram-se nos seguintes objectivos:

- Racionalização e Optimização do Grupo, pela redução da participação no capital da CEMG e racionalização das restantes e do reforço das sinergias e articulação estratégica;
 - Vinculação dos associados e aumento das receitas, pela retenção e captação de associados, crescimento das receitas das modalidades através da dinâmica dos Gestores Mutualistas e das sinergias e de distribuição do Grupo;
 - Criação de valor mutualista e desenvolvimento da relação associativa e da oferta mutualista de benefícios;
 - Reforço de competências, através da consolidação da autonomia funcional e dos processos;
 - Prosseguimento da comunicação e da cooperação, divulgação do mutualismo, bem como a política de associação e cooperação com outras entidades da economia social;
 - Desenvolvimento de uma política de responsabilidade social e sustentabilidade.
-
- **Sessão de 05 de dezembro (11:30 horas)**

Esta Sessão constituiu a prorrogação da reunião do Conselho Geral ocorrida no dia 10 de Outubro de 2017 e teve como Ordem de Trabalhos a apreciação das contas do primeiro semestre da CEMG, a que se seguiu um ponto de informações. A apresentação da matéria esteve a cargo dos Senhores Dr. José Morgado, Presidente do Conselho de Administração Executivo da CEMG e Dr. João Neves, Administrador da CEMG, que deram conta dos aspectos positivos verificados com a gestão realizada (crescimento dos depósitos de empresas, melhoria dos rácios de liquidez e solvabilidade, redução do risco de crédito) ou menos bem-sucedidos (redução dos depósitos de particulares). Foram solicitadas e prestadas diversas informações que, no entendimento do Conselho Geral, foram elucidativas e suficientes.

Dentro do Ponto 2 da Ordem de Trabalhos foram prestadas informações sobre as negociações em curso com o Grupo Chinês CEFC, tendo em vista a aquisição de uma participação no capital da Montepio Seguros, SGPS, S.A.

- **Sessão de 05 de dezembro (15:00 horas)**

Reuniu nesta data o Conselho Geral do MGAM, em sessão ordinária com a Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação do Programa de Acção e Orçamento para 2018 e do parecer do Conselho Fiscal;
2. Proposta de Constituição da Sociedade – Montepio Residências para Estudantes S.A;
3. Outros Assuntos.

O Conselho Geral tomou conhecimento das condições gerais da economia, da situação do Montepio Geral que se caracterizava numa melhoria do número de associados e das receitas associativas, como pressupostos para apreciação do Plano de Acção e Orçamento.

O Conselho Geral apreciou favoravelmente o Plano de Acção e Orçamento, que em conformidade com as Linhas de Orientação Estratégica, tinha opor objectivos: racionalizar e otimizar o Grupo, vincular os associados e aumentar as receitas, criar valor mutualista, reforçar competências, reforçar a comunicação e a cooperação e desenvolver a política de responsabilidade social e a política de sustentabilidade.

No domínio do Ponto 2 da Ordem de Trabalhos, o Conselho Geral tomou conhecimento das actividades já desenvolvidas com sucesso no que respeita ao alojamento de estudantes e apreciou o projecto que lhe foi proposto, tendo deliberado aprovar a constituição de uma sociedade destinada a promover a actividade das Residência para Estudantes.

- **Sessão de 12 de dezembro**

Esta sessão extraordinária do Conselho Geral do MGAM teve como ponto único Apreciar e Deliberar sobre as Alterações de Regulamento de Rendias Temporárias e Rendias Vitalícias.

Ao Conselho foi feita uma apresentação sobre a natureza, característica, modalidades, rendias temporárias e vitalícias e apresentada proposta de documentos que as regulassem, e que foram «Regulamento de Rendias Vitalícias» e «Regulamento de Rendias Temporárias».

Obtidos os esclarecimentos e após debate com numerosas intervenções, o Conselho Geral aprovou as propostas.